

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História  
Trabalho de Conclusão de Curso**

**A presença negra em Viamão:  
Escravidão e Liberdade nas últimas décadas do século XIX**

**Gislaine Borba Ramos**

**Orientadora: Prof. Dr. Regina Célia Lima Xavier**

**Banca Avaliadora: Prof. Dr. Fábio Kühn**

**Prof. Me. Cláudia Mauch**

**Porto Alegre, RS**

**2008**

## Lista de Tabelas

Tabela I – População de Viamão, censo de 1858 .....	13
Tabela II – Impostos arrecadados pela Vila de Viamão, 1880-1885 .....	15
Tabela III – Tabela de profissões .....	26
Tabela IV – Alforrias com cláusula de prestação de serviços .....	30
Tabela V – Alforrias com cláusula de prestação de serviços .....	31
Tabela VI – Comparação das cláusulas de prestação de serviços .....	32
Tabela VII – Liberdade sem ônus ou condição .....	33
Tabela VIII – Livros notariais .....	36
Tabela IX – Livros de Registros Diversos .....	36

## Sumário

Introdução .....	4
A presença negra .....	5
A Vila de Viamão .....	11
A participação da etnia negra.....	23
Considerações finais .....	38
Fontes documentais.....	40
Bibliografia .....	40
Anexos .....	42

## Introdução

Este trabalho visa contribuir para o debate sobre a escravidão e abolição no Rio Grande do Sul, que muito embora seja tema recorrente, ainda possui muitos aspectos ocultos, aguardando para serem investigados. Buscamos, através de pesquisa em fontes primárias referentes à Viamão, tais como cartas de liberdade, escritura de venda, doação de escravos, escrituras de partilha amigável, livro de impostos e atas da Intendência da vila, uma melhor compreensão do processo de extinção da escravidão e as suas implicações em âmbito local, inserido em contexto regional e nacional.

Visamos, a partir da análise das fontes e da bibliografia consultada, refletir sobre a participação da etnia negra na sociedade e sua importância econômica, social e cultural, não apenas enquanto um agente passivo, mas como uma importante peça na engrenagem da construção da história, tendo como marco espacial a vila de Viamão, no período situado entre os anos de 1880 e 1900.

Na primeira parte, faremos um balanço sobre as obras que tratam especificamente sobre a cidade de Viamão e também obras que se referem a remanescentes quilombolas no município.

Na segunda parte, a partir da leitura das atas da intendência, apresentaremos alguns aspectos políticos, administrativos e econômicos, além de dados referentes à população.

Na última parte, a partir dos dados encontrados e da bibliografia consultada analisaremos as áreas e as formas de atuação dos escravos. Analisaremos, ainda, os livros notariais em que constam os registros referidos acima.

Para que esta pesquisa fosse realizada contamos com a atenção e paciência da professora Regina Xavier, que fez observações imprescindíveis para o seu desenvolvimento e finalização, além do incentivo nos momentos difíceis.

Agradecemos ainda, ao professor Fábio Kühn e a professora Cláudia Mauch pela disposição em participar da banca avaliadora deste trabalho.

## A presença negra

A escravidão nos últimos tempos tem sido objeto de muitas pesquisas em todo o Brasil, assim como um novo enfoque sobre o negro enquanto agente histórico e não mais uma vítima passiva de um processo cruel, que ainda nos causa perplexidade. Há uma grande variedade de fontes a serem consultadas a este respeito, que resgatam ações, atitudes, estratégias, redes familiares e de solidariedades, mas faltam ainda estudos mais aprofundados, embora já existam bons trabalhos.

Para Rios e Mattos “teoricamente, a incorporação do conceito de escravo como agente foi talvez o que tenha permitido a rica revisão historiográfica que a literatura sobre o tema tem apresentado”<sup>1</sup>. Nesse sentido, a história sobre o negro passa a ter um novo olhar, não sendo mais visto apenas uma peça de uma estrutura econômica, mas enquanto pessoa, sendo a sua trajetória também importante para a formação da nação, existindo algumas pesquisas pontuais sobre o período posterior a abolição do cativeiro.

No Rio Grande do Sul, durante muito tempo houve uma tendência a minimizar os efeitos da escravidão e a diferenciar o tratamento que o escravo aqui recebia em comparação ao restante do país. O senhor, por esta historiografia era visto como sendo bom e o escravo tratado com igualdade nas estâncias gaúchas, o que posteriormente foi sendo contestado. Dessa forma, aquela visão de bom senhor que vinha sendo durante algum tempo construída começou a ser desmontada, através de pesquisas sérias em fontes primárias, as quais retratavam essa relação senhor – escravo bem menos harmoniosa do que se queria fazer acreditar.

Moreira<sup>2</sup>, através de sua pesquisa, nos apresenta diversos casos em que os escravos eram castigados de forma brutal por seus senhores, muitas vezes por motivos banais, estando, quase sempre, a lei e a justiça ao lado destes.

Assim, a partir de pesquisas mais aprofundadas, como esta de Moreira, a imagem da escravidão e da liberdade no Rio Grande do Sul foi sendo redesenhada, refletindo um movimento amplo de contestação e crítica dos trabalhos anteriores.

---

<sup>1</sup>RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.25.

<sup>2</sup>MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: Experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

Ao tratarmos especificamente sobre o caso de Viamão, são poucos os livros que tratam sobre a cidade e a sua história, talvez por não ser este um município de grande destaque na área econômica ou cultural, mas o fato é que faltam pesquisas sobre o passado do município o que, muitas vezes, acaba tendo como consequência a construção de uma narrativa que não tem embasamento na documentação existente e que vai sendo transmitida geração após geração, quer seja de forma oral ou através de alguns trabalhos publicados na imprensa local ou mesmo em livros em que a preocupação com as fontes quase não existe.

Assim, através destes trabalhos que foram consultados podemos notar uma inclinação, se não dizer uma clara opção, por evidenciar a importância da colonização açoriana para o desenvolvimento do município, relegando a um segundo plano a presença negra e indígena na formação da sociedade. Há quase que um “esquecimento” sobre as contribuições da etnia negra enquanto agente histórico, não sendo citada nem mesmo enquanto apenas uma “mercadoria” dentro do sistema escravista nos livros que tratam especificamente sobre a cidade.

Parece que em Viamão a escravidão jamais existiu. Um desses livros é o de Adonis dos Santos<sup>3</sup>, jornalista, político, mas que não era historiador, o seu livro trata sobre os primeiros povoadores da capela, levanta um debate sobre as muitas hipóteses a respeito do nome Viamão, destaca a sua importância como ponto estratégico durante a Revolução Farroupilha e o papel da Igreja Matriz nesse momento, retrata alguns personagens que marcaram a sua época, como Tristão José de Fraga, lembra de acontecimentos marcantes que lhe foram contados ou que presenciou e ainda, traz uma parte de poesias de sua própria autoria em homenagem a Viamão.

Neste livro, em algumas passagens há referências sobre os negros, como no capítulo que trata de datas importantes<sup>2</sup>, tais como: “21 de agosto de 1884 – Depois de uma conferência abolicionista do Dr. Antônio Lara da Fontoura Ralemeiro, em Viamão, são assinadas várias cartas de liberdade, sendo declarado livre o município”. O autor não identifica a fonte pela qual tomou conhecimento do fato, o que ocorre com todas as informações do livro, o que dificulta a confirmação de sua veracidade, mas por outro lado, ao colocar esta entre as datas que são consideradas importantes, de certa forma valoriza o fato, tenha ele ocorrido ou não.

---

<sup>3</sup>SANTOS, Adonis dos. *Viamão: suas lendas, tradições, vultos do passado, tipos populares e vida atual*. Porto Alegre: Editora da Gráfica Rogilma, 1962.

<sup>4</sup>*Idem*, pp. 39-40.

Em outras passagens narra algumas histórias de músicos negros que eram muito populares, mas que tinham tipos físicos engraçados e algumas vezes eram ridicularizados por isso. Faz também referência a Festa de Nossa Senhor do Rosário, em Viamão, em que para festeiros eram sempre escolhidos “pessoas de cor”. Outro ponto levantado ainda, em relação às festas religiosas, segundo autor fazia-se um “Terno de Reis dos Negros”.

Talvez, uma das únicas contribuições deste livro para esta pesquisa seja uma descrição de como era o “Passo dos Negros”<sup>5</sup>, quando trata dos bairros e localidades do município. Ele nos apresenta assim:

“Passo dos Negros: Este recanto é bastante aprazível e pitoresco, localiza-se às margens do rio Gravataí, sendo sua travessia feita por uma balsa. O nome Passo dos Negros, segundo depoimentos pessoais por nós colhidos, deve-se ao fato de ali haver residido, em tempos já bastante distante, uma família de cor preta, daí o nome originário”.

Podemos levar em conta a descrição por ser uma localidade que existe e com este nome até os dias atuais, mas em relação à origem do nome ainda devem ser realizadas mais pesquisas a respeito. O autor também não cita o nome dessas pessoas de quem colheu os depoimentos. Mas, assim mesmo, o trabalho do autor deve ser analisado, pois é um dos primeiros a tratar sobre o município, além disso, embora não valorize a participação da etnia negra, destaca algumas questões culturais, reconhecendo a sua presença.

Outro livro que se propõe a falar sobre a história da cidade é o de Maria Fraga Dornelles da Costa<sup>6</sup>, que assim como Adonis dos Santos, não é historiadora, na época em que escreveu o livro era professora de educação artística e estudante de direito.

Nesse trabalho, mais do que no outro citado, a autora enfatiza o papel da colonização açoriana no povoamento da região, trata sobre os primeiros povoadores, os grandes nomes, o fundador da cidade Francisco Carvalho da Cunha, sobre a construção da capela, as origens do nome, o tempo em que Viamão foi sede da Capitania de São Pedro (por apenas dez anos), a economia local (com dados da época em que o livro foi escrito) e as questões políticas. No fim de seu livro, traz também algumas poesias cujo tema é a cidade. É um livro que fala um pouco de tudo sem ter um maior aprofundamento em nenhuma das temáticas abordadas.

---

<sup>5</sup>*Ibidem*, p. 47.

<sup>6</sup>COSTA, Maria Fraga Dornelles da. *Viamão, Berço da colonização gaúcha*. Porto Alegre: Editora Alcance, 1991.

Uma das poucas referências as etnias que faziam parte da colonização encontramos em capítulo denominado “estoques étnicos” que pela linguagem utilizada demonstra a influência de autores de décadas anteriores, nas quais a questão da miscigenação era central. Para a autora<sup>7</sup>

“Embora indiscutível predomínio do colonizador branco, a intensa miscigenação, desdobrada desde o princípio do povoamento, operou o caldeamento de índios, pretos e brancos. Daí a presença, hoje dominante em todas as camadas, do tipo caboclo”.

Um outro trabalho que foi escrito sobre Viamão foi o Inventário Participativo<sup>8</sup>, realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, com o objetivo de mapear os bens culturais do município. Apresenta alguns pontos de referência na construção de sua memória tais como as construções mais antigas que ainda hoje existem, os principais personagens históricos, principalmente àqueles ligados a política e a economia, como Tristão José de Fraga e Serapião José Goulart.

Mesmo se tratando de um trabalho publicado pela secretaria de cultura, ele não tem um maior aprofundamento em nenhuma questão específica, aborda temas que são enumerados pela população como sendo relevantes para a história local como a história dos bairros (Centro, Santa Isabel, São Lucas, Vila Cecília), dos cemitérios e das praças, por exemplo.

O diferencial deste trabalho em relação aos outros está na sua apresentação, é ilustrado com fotos de época e atuais, o que, de certa forma, causa uma melhor impressão ao leitor, com textos bem curtos e diretos que visam informar de modo claro o conteúdo do qual está tratando. Neste inventário não há referências a questões étnicas, nem em relação aos índios, negros ou brancos, não era este o foco do trabalho, não tem a intenção de tratar da contribuição ou da participação das diferentes etnias no processo histórico, apenas visa registrar o que tem o município de importante em termos de documentação, memória, patrimônio arquitetônico e até mesmo mitos como o do velho Serapião.

Nesse sentido, através de uma breve reflexão sobre o material escrito a respeito da cidade é possível analisar que existe uma ausência de estudos mais aprofundados em todas as áreas, não somente em relação à etnia negra, mas em muitos outros assuntos que adormecem nos arquivos esperando para serem pesquisados.

---

<sup>7</sup>*Idem*, p. 50.

<sup>8</sup>*Inventário Participativo de Viamão*. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 1999, Volume 1, 1ª Edição.

Mas também é possível perceber que mesmo nos poucos trabalhos existentes há sempre uma maior valorização do branco, açoriano, católico, em detrimento dos “outros”, que não fazem parte de um modelo perfeito a ser lembrado pelas futuras gerações, e que talvez por isso não estejam contemplados nesses trabalhos. Assim, o que não está escrito nos ajuda perceber um pouco a visão de mundo e a compreender de que forma as memórias foram transmitidas através das gerações e chegaram até nossos dias.

No que se refere à temática sobre a etnia negra, dois trabalhos são encontrados sobre a cidade, um de Vera Silva e outro de Rosane Rubert, ambos de cunho antropológico, que atendem as demandas atuais da sociedade em relação à visibilidade do negro enquanto agente social.

No trabalho de Silva<sup>9</sup>, ela analisa, através do método etnográfico, a comunidade do Quilombo da Anastácia, percebendo a trajetória social do grupo, as relações familiares, as memórias e as suas reivindicações por melhores condições de vida.

O estudo de Rubert<sup>10</sup> é um pouco mais amplo, pois visa mapear as principais comunidades negras em todo o Rio Grande do Sul. Em Viamão, ela faz referência ao “Cantão das Lombas”, comunidade esta, que segundo pesquisas, originou-se de negros que trabalhavam nas fazendas próximas e ali se estabeleceram após a abolição da escravidão. O objetivo é mapear as condições de vida das famílias e os principais problemas que estas enfrentam atualmente.

Nesse sentido, esta pesquisa visa contribuir para uma melhor análise sobre a cidade de Viamão e a presença da etnia negra no município através da busca de dados e informações em fontes documentais, pelas quais podemos perceber a existência do elemento negro na cidade, mesmo que esta não fosse um grande centro econômico na Província de São Pedro e posteriormente do Estado do Rio Grande do Sul. Afinal, escravos trabalharam na produção agrícola de subsistência e de exportação, mesmo que modesta, de farinha de mandioca e em atividades domésticas ligadas ao cotidiano da cidade.

---

<sup>9</sup>SILVA, Vera Rodrigues da. *De gente da barragem a Quilombo da Anastácia: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS*. Porto Alegre: PPGAS/URFGS, 2006.

<sup>10</sup>RUBERT, Rosane A. *Comunidades negras rurais no Rio Grande do Sul: um levantamento socioantropológico*. Porto Alegre: RS Rural, IICA, 2005, pp.94-96.

Ao tratarmos sobre a presença negra em Viamão, iniciaremos analisando o período posterior a 1880, em que a escravidão já estava praticamente extinta, mas que havia ainda a utilização de mão de obra escrava em muitas das atividades econômicas, conforme podemos perceber através da leitura das fontes.

Nos livros pesquisados<sup>11</sup>, encontramos registros de cartas de liberdade, escrituras de venda de escravos, doação de escravos e escrituras de partilha amigável. Os dados obtidos nestes livros são importantes para dar visibilidade à presença da etnia negra e a existência da escravidão no município, mas por outro lado não nos possibilitam reconstruir trajetórias ou afirmativas em torno desta questão, pois muitas são as indagações que não podem ser respondidas por esta documentação.

---

<sup>11</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3, e Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

## A vila de Viamão

Durante o período inicial de colonização da Capitania de São Pedro, uma área muito extensa era denominada de Campos de Viamão, cuja fundação, 1741, é posterior ao forte de Rio Grande, tendo como marco inicial o pedido de permissão para a construção da capela. Segundo Kuhn<sup>1</sup> “como se pode perceber, quando nos referimos aos Campos de Viamão nas décadas iniciais (1730-1750), estamos falando de praticamente todo o continente, exceto a povoação de Rio Grande, criada em 1737”.

No período em que Rio Grande foi invadida pelos espanhóis, Viamão passou a ser a sede do governo da Capitania, entre 12 de maio de 1763 e 25 de julho de 1773, fato este lembrado e glorificado até hoje por seus habitantes. Após estes dez anos, a sede foi transferida para Porto Alegre, freguesia que havia sido criada em 1772, ficando então Viamão subordinada a administração desta cidade, estando até o ano de 1880 entre as suas freguesias. Muitas são as especulações em torno dos motivos pelos quais Viamão tenha deixado de ter uma importância para a província perdendo espaço para Porto Alegre, mas ainda não há respostas conclusivas a esse respeito.

Esta pesquisa tem como foco principal os acontecimentos posteriores a 1880, ano em que Viamão é elevada à categoria de vila, e passa a ser chamada de Vila de Nossa Senhora da Conceição de Viamão<sup>2</sup>, com lei datada de 11 de junho, modificando além do nome também a estrutura do aparelho administrativo que até então era subordinado a Porto Alegre. Essa nova configuração tornou necessária a organização de espaços e de pessoas que passaram a ditar as decisões e os acontecimentos que se sucederiam.

A ata de instalação da Câmara da Vila é de 16 de outubro de 1880<sup>3</sup>, apresenta uma solenidade formal, com a presença do presidente da Câmara de Porto Alegre, que foi responsável pela instalação da mesma e por deferir o juramento daqueles que seriam os vereadores, além disso, foi, segundo a ata, fixado na porta uma cópia da lei provincial e outra deveria ser publica pela imprensa, certamente de Porto Alegre, pois não existia neste momento qualquer tipo de imprensa escrita nessa Vila, para informar a população sobre o que estava ocorrendo.

---

<sup>1</sup> KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Leitura XXI, 2004, pp.53-54.

<sup>2</sup> Arquivo Público de Viamão. Atas da Junta Municipal de Viamão, 16/10/1880, auto de instalação da Câmara Municipal, p. 1.

<sup>3</sup> Idem, p.1.

Nos primeiros momentos de funcionamento desta Câmara é possível verificar uma preocupação em construir uma estrutura para administrar as questões cotidianas, que até então não existia, como nomeação de funcionários como porteiro, secretário, inspetores escolares, procurador, fiscais para realizarem a arrecadação de impostos.

Nesse sentido, também é possível notar os limites a que estes vereadores, sete nomeados no início do funcionamento da Câmara, estavam sujeitos, pois outros cargos, de maior importância para administração, eram nomeados pelo Presidente da Província (como juizes, professores, delegados). Algumas decisões, mesmo que em âmbito local, como a mudança de uma estrada, por exemplo, eram também ordenadas por ele, não tendo a Câmara uma maior autonomia de decisões.

A lei provincial que elevou Viamão a categoria de Vila manteve os limites territoriais que existiam e a divisão entre distritos do norte e do sul. Mas, a partir da lei número 1279 de 2 de maio de 1881<sup>4</sup>, a vila passou a ser dividida em três, denominados 1º, 2º e 3º distritos. O primeiro distrito fazia divisa com Porto Alegre, era o que estava situado no centro da vila, o maior aglomerado urbano no qual estava a Câmara. O segundo era o Distrito de Belém, cujos limites eram as águas da Lagoa dos Patos e do Rio Guaíba. O terceiro era o Distrito da Boa Vista, que fazia divisa com Conceição do Arroio (hoje Osório), Santo Antônio da Patrulha e Aldeia dos Anjos de Gravataí.

### **A população da Vila**

Para o período estudado, as duas últimas décadas do século XIX, encontramos censos populacionais que não são muito completos no que diz respeito à condição de seus habitantes, livre, liberto ou escravo. Mas os dados obtidos em anos anteriores podem nos ajudar a ter uma idéia da representatividade da população negra na Vila de Nossa Senhora da Conceição.

---

<sup>4</sup>Instituto Histórico e Geográfico. Leis e Resoluções do Rio Grande do Sul: 1880-1881. Volume 5, p. 53.

No mapa estatístico da população da então Freguesia de Viamão do ano 1858<sup>5</sup> encontramos dados conforme a condição da pessoa, livre, liberto ou escravo.

**Tabela I – População da Vila, censo de 1858**

<b>Localidade</b>	<b>Livres</b>	<b>Libertos</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
Distrito do Sul	1.553	59	888	2.500
Distrito do Norte	1.844	97	681	2.622

A partir desses dados do censo de 1858 podemos perceber que de um total de 5.122 habitantes, 66,3% eram livres, 3% eram libertos e 30,6% eram escravos. Nesses dados o que nos chama a atenção, em primeiro lugar, é o número elevado da população escrava e, por outro lado, o reduzido número de libertos.

Paulo Moreira<sup>6</sup> também utilizou o censo deste ano para analisar a população de Porto Alegre, que, devido a sua centralidade era bem maior do que a da vila de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, 18.538 habitantes, mas no que se refere ao percentual da população escrava, a capital possui números inferiores ao da vila, sendo 27,4% do total.

Estes números são intrigantes devido à importância da capital em relação à vila. Mas, podemos refletir sobre alguns fatores que podem explicá-los como o fato de que Viamão tinha a maior parte de sua produção desenvolvida em áreas rurais, o que demandava maior quantidade de trabalhadores. No que se refere a população liberta, os números são muito semelhantes, tendo nesta cidade 3,5% de libertos.

No ano de 1872<sup>7</sup>, encontramos dados referentes somente ao número de casas e de pessoas, estando junto os números correspondentes a livres e escravos, não podendo ser verificado o número real de cada um. Neste censo, aparecem 885 casas e 8.295 o número de habitantes, livres e escravos.

Nos anos de 1890 e 1900, os censos se referem a dados como idade, sexo, densidade demográfica, nascimentos, casamentos, óbitos, não especificando a cor nos seus registros, o que dificulta fazer um acompanhamento da população que se tornou livre após 1888.

<sup>5</sup> *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística / Hipólito José da Costa, 1986, p. 66.

<sup>6</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: Experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p. 29.

<sup>7</sup> *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística / Hipólito José da Costa, 1986, p. 81.

No ano de 1890<sup>8</sup> temos uma população total de 9.319 habitantes, sendo 4.657 homens e 4.662 mulheres, sendo 1,04% do total da província que contava com 897.455 habitantes. Nesse censo também há uma especificação por idade, que não será analisada visto não ser objeto desta pesquisa.

No ano de 1900<sup>9</sup>, a população de Viamão contava com 11.331 habitantes, dos quais 5.746 eram homens e 5.585 eram mulheres.

Conforme Margaret Bakos<sup>10</sup> nos dados pesquisados em seu livro, *Rio Grande do Sul: escravidão e abolição*, houve uma queda considerável da população escrava em toda a província e em particular no caso de Viamão, mostrando que no ano de 1884 havia 1.260 escravos, no ano de 1885 havia 63 e no ano de 1887, as vésperas da Lei Áurea havia apenas 25 escravos. Podemos analisar que neste período a população escrava era muito pequena, comparada a livre e a liberta, em virtude das políticas e legislações que visavam o fim da escravidão no Brasil.

### **A economia e as atividades da Vila**

Ao tentarmos compreender o contexto da época referida, a leitura das atas nos possibilita uma aproximação com algumas questões pertinentes ao tipo de produção e economia desenvolvida nesta Vila que, neste período, assim como posteriormente, apresenta uma produção basicamente agrícola, tendo como seu principal produto de exportação a farinha de mandioca que foi responsável por uma boa fatia da receita que dispunha a Câmara para o seu orçamento.

Sendo a farinha de mandioca responsável por movimentar a economia da vila, podemos supor que esta produção ocupava grande parte da mão de obra disponível, livres pobres, libertos e escravos. Nesse sentido, retomando os dados do censo de 1858, essa atividade econômica, talvez fosse responsável pela grande porcentagem de escravos, 30,6%, comparados à população livre.

---

<sup>8</sup> *Idem*, p. 94.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>10</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. *Rio Grande do Sul: Escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p.22.

Através desta tabela<sup>11</sup> é possível verificar a arrecadação de impostos referentes a exportação da farinha de mandioca e da venda de escravos, nos períodos citados, e a sua comparação com o total arrecadado, não sendo citadas as outras fontes de receitas, por serem muito pequenas comparadas ao total, trata-se de impostos sobre carretas, gado, propriedades, etc.

**Tabela II - Impostos arrecadados pela Vila de Viamão**

<b>Período</b>	<b>Total arrecadado*</b>	<b>Escravos</b>	<b>Farinha de mandioca</b>
Outubro de 1880 a Junho de 1881	2.731.374	3,2%	9,8%
Julho de 1881 a Junho de 1882	5.117.480	2,3%	10,9%
Julho de 1882 a Junho de 1883	3.973.326	5,4%	32,1%
Julho de 1883 a Junho de 1884	3.559.728	32,4%	1,5%
Julho de 1884 a Junho de 1885	3.052.116	0,3%	29,7%

Esta tabela manteve os meses conforme os balancetes originais, sendo priorizado apenas os dados referentes aos itens investigados. Ao comparar estas receitas com o total arrecadado podemos observar que geralmente elas não mantêm um crescimento paralelo, em tempos em que a receita foi maior com a exportação da farinha de mandioca ela foi menor com a venda de escravos. Assim, podemos não afirmar, mas refletir sobre uma maior necessidade de mão de obra nesses períodos, talvez por uma maior safra ou maior oferta de compra da farinha.

Outro ponto interessante a ser destacado é que no período compreendido entre 1883 e 1884 há queda brusca na arrecadação de impostos sobre a farinha de mandioca, que vinha crescendo até então.

Muitos podem ser os fatores que desencadearam esta diminuição, mas entre eles podemos pensar que neste período estava havendo na Província de São Pedro, muitas alforrias, o que pode, em certa medida, ter prejudicado a produção. Além disso, levando-se em conta o aumento da arrecadação do imposto sobre a venda de escravos, podemos analisar que este fato pode ter ocasionado um impacto negativo, pois muitos desses escravos podem ter sido vendidos para fora do município, como veremos mais adiante.

<sup>11</sup> Arquivo Público de Viamão. Livro Balancetes Gerais da Câmara de Viamão, p. 7 e 8.

\* Valores expressos em réis.

Na medida em que a produção agrícola era uma das maiores receitas para a vila, havia uma preocupação muito grande com a cobrança do imposto sobre a exportação da farinha de mandioca.

Na leitura das atas das sessões da Câmara, percebemos que esta questão está sempre presente, seja através de pedidos de isenção de impostos, medidas para cobrar aqueles que estão em atraso ou pedidos de melhorias de infra-estrutura por parte daqueles que pagam os impostos, como o apresentado em sessão de 12 de março de 1885<sup>12</sup>, um abaixo-assinado solicitando o conserto da Estrada Provincial que levava até o “Porto da Estância”, que estava em mau estado, prejudicando o transporte, sendo decidido nesta sessão pelo seu conserto.

Em relação à intensa cobrança de impostos sobre a farinha, a partir do ano de 1887 começam a ser lidos nas sessões da Câmara os requerimentos de pessoas solicitando a isenção deste imposto, sendo explicado os motivos pelos quais o faziam, alguns por não possuírem escravos, estando trabalhando apenas familiares, outros por não possuírem mais tal tipo de cultivo e outros por estarem com os seus equipamentos parados sem produção.

Muitas são estas solicitações e elas se mantêm desde esse ano até o último ano pesquisado, alguns depois da análise dos vereadores são aceitos e outros recusados por não atenderem as exigências.

Podemos refletir, a partir destas informações, que esta produção era freqüente, em praticamente todas as propriedades, por isso, talvez, o elevado número de pedidos e, ainda, que com o processo de extinção da escravidão aumentou o número da população livre ou liberta e pobre, e que talvez, devido a diversos motivos, estes não conseguissem manter o pagamento daquilo que lhes era cobrado.

O fato de que alguns produtores utilizavam como desculpa para obterem a isenção a não utilização de mão de obra escrava nos leva a analisar que a participação desta força de trabalho, em um período em que praticamente não deveriam mais existir escravos, tal como o ano de 1887, continuava a ser importante, mesmo que em números reduzidos.

Nesse sentido, a solicitação desses proprietários e as suas informações nos dão um indício do uso dessa mão de obra.

---

<sup>12</sup>Arquivo Público de Viamão. Ata da Junta Municipal de Viamão, p. 31.

Entre estes pedidos de isenção de impostos um em especial chama a atenção, trata-se de um requerimento<sup>13</sup> apresentado em 14 de junho de 1887

“De Antonio Joaquim Roque, liberto, no 2º districto desta Villa, pedindo para dispensal-o do imposto municipal, visto que por incommodos de saude, não póde continuar no trabalho da dita fabrica; juntou documento”.\*

Através deste caso, único em todas as atas lidas, é possível refletir que assim como os outros produtores, brancos e livres, também para os libertos era uma forma de produção que garantia a sua vida e de seus familiares ou grupo social.

Casos como os de Antonio, um liberto que continuava atuando na produção da mandioca, trabalho antes desenvolvido prioritariamente pelos escravos, deveriam ser mais comuns do que imaginamos. Ficam, ainda, algumas questões em aberto, que no momento não podem ser respondidas, mas que seriam muito importantes para que tivéssemos uma melhor compreensão, tais como com quem trabalhava, quem era sua família, como adquiriu a fabrica de farinha, etc.

Questões estas que ficam sem resposta devido à inexistência de dados mais precisos na documentação pesquisada. O seu nome não aparece nos registros de pagamentos de impostos sobre propriedades, o que talvez signifique que ele trabalhava no cultivo da mandioca em terras arrendadas ou de terceiros.

Os registros de pagamento de impostos sobre a produção de farinha de mandioca não são nominais, mas apenas aparecem os números totais conforme tabelas apresentadas anteriormente. Assim, no momento, podemos apenas especular sobre as suas condições de vida, nesta sociedade que estava se organizando e se acostumando às situações que surgiam com o fim da escravidão e da condição de escravo.

Em relação aos requerimentos feitos à Câmara eles são comuns até as atas de 1892, após este período não são encontrados os livros referentes ao período de 1893 a 1896, iniciando os livros de atas a partir de 1897 e não aparecendo mais os requerimentos, ficando a impressão de que o acesso a população na solicitação para a resolução de questões cotidianas ficou mais restrito.

---

<sup>13</sup>Arquivo Público de Viamão. Ata da Junta Municipal de Viamão, p. 73.

\* Nesta citação, assim como em todas as outras utilizadas, será mantida a grafia original.

Nestas atas até 1892, além dos pedidos de isenção de impostos, outro requerimento que aparece constantemente é o de cercamento de terrenos e alinhamento para fazer tapumes. A grande maioria destes pedidos é aceita pela Câmara após a avaliação de um fiscal que ia até o local.

Na 5ª sessão extraordinária realizada pela Câmara em 30 de outubro de 1890<sup>14</sup> encontramos uma denúncia sobre um tapume que estava em local irregular

“O cidadão presidente ordenou o Fiscal do 1º districto para com urgencia, ir verificar de hoje até amanhã o tapume que Paulino de Tal esta fazendo na estrada real perto do – Passo denominado – dos negros – no dito districto, conforme foi representado, e multar o referido Paulino em 30#000 réis na fôrma da lei mandando restituir ao Seu antigo estado, lavrando auto de infração. Devendo o Fiscal requisitar uma praça para acompanhar-o neste diligencia, como é de Lei”.

Este caso nos chama atenção por dois motivos, o primeiro, é a forma pela qual ele é chamado, Paulino de Tal, o que nos remete a pensar na sua condição, mesmo que anterior ao fato, de ter sido um escravo, pois todas as outras solicitações ou questões irregulares seus autores são designados por nome e sobrenome. Outro motivo se refere ao local do acontecido, o chamado “Passo dos Negros”, que até os dias atuais é um espaço povoado por remanescentes quilombolas<sup>15</sup>.

Em outra sessão<sup>16</sup>, aparece a solicitação de Paulino Barcellos da Silva (antes mencionado como Paulino de Tal) pedindo permissão para dar alinhamento e cercar o seu terreno. Nesta ata há referência sobre o que havia ocorrido anteriormente. A Câmara aceitou o pedido e informou que o mesmo Paulino pagou as multas que devia por ter feito um tapume irregular e que deveria o mesmo mudar o tapume de lugar.

Nesta mesma sessão também é aprovado um outro pedido para o cercamento nesta mesma localidade. Nas atas posteriores não é feita mais nenhuma referência sobre este caso e nem mesmo há outras solicitações para o mesmo fim no dito Passo.

---

<sup>14</sup>Arquivo Público de Viamão. Ata da Junta Municipal de Viamão, p. 4, Livro 2.

<sup>15</sup>Sobre a questão dos quilombolas ver RUBERT, Rosane A. *Comunidades negras rurais no Rio Grande do Sul: um levantamento socioantropológico*. Porto Alegre: RS Rural, IICA, 2005, pp. 94-96; e SILVA, Vera Rodrigues da. *De gente da barragem a Quilombo da Anastácia: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS*. Porto Alegre: PPGAS/URFGS, 2006.

<sup>16</sup>Arquivo Público de Viamão. Ata da Junta Municipal de Viamão, sessão de 30/01/1891, p. 9, Livro 2.

A Câmara era responsável por resoluções deste tipo como decidir quem era isento ou não, decidir quem iria ter a solicitação aceita ou não, e ainda, questões relativas à estrutura da cidade como construções e demolições de prédios. Quando alguém queria construir uma casa, mesmo que em terreno de sua propriedade sempre pedia autorização a Câmara e no caso de demolição funcionava da mesma forma.

Nesse período, final do século XIX, as cidades estavam passando por um processo de urbanização, mesmo nas que não eram tão importantes como é o caso de vila de Viamão, este é percebido. Os casos de demolição encontrados nas atas são poucos, mas entre eles encontramos o de uma casa<sup>17</sup> que pelo teor do comunicado parece que estava abandonada e que se tratava de um imóvel localizado em área de circulação de pessoas, talvez na área mais urbana,

“O cidadão presidente comunica á Camara haverá autorizado o Demolimento da casa que foi de Bernardina de Tal, que se achava em ruínas e preste a desabar, ameaçando assim a vida dos transeuntes e de quem da mesma se aproximasse. – A Junta aprova a deliberação tomada da referida demolição”.

Pesavento<sup>18</sup> defende “a idéia de que um centro urbano, ao constituir-se, reproduz, na apropriação do solo, a assimetria social que a cidade comporta”. Nesse sentido, ao demolir casas e construções, eles estavam modificando o espaço urbano e eliminando aquilo que não estava de acordo com o modelo de cidade que queriam construir.

Entretanto, as perguntas são muitas e as respostas quase não aparecem na documentação, não temos como precisar o local da casa, nem quem era a moradora, o que fazia, quanto tempo ali viveu, se morava sozinha ou com a família, se havia falecido ou mudado de residência, se era ex-escrava ou não. Apenas que por motivo de segurança da população talvez fosse resolvido que aquela casa não poderia mais estar ali.

Essas eram decisões que podiam ser tomadas pela Câmara sem comunicar nem pedir permissão ao presidente da Província, mas outras referentes às aulas públicas, orçamento da Câmara, contratação e demissão de funcionários estavam diretamente subordinadas ao governo provincial com quem mantinha uma comunicação freqüente através de ofícios e circulares.

---

<sup>17</sup>*Idem*, sessão de 01/03/1892, p. 44.

<sup>18</sup>PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os excluídos da cidade*. In SEFFNER, Fernando (org.). *Presença Negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE / Porto Alegre, 1995, p. 81.

Por este tipo de comunicação que existia entre os governos municipal e provincial é que chegavam as notícias do governo imperial e depois republicano. Questões importantes eram informadas através do presidente da Província. Não havia uma comunicação direta entre o governo central e o municipal, sendo sempre as informações sendo intermediadas pela presidência da província. Mas havia uma comunicação direta entre as câmaras da província como nos mostra esta correspondência entre a vila de Cruz Alta e a vila de Viamão<sup>19</sup>

“Um officio da Camara Municipal de Cruz, de 11 de Agosto proximo passado pedindo a esta Camara para auxiliá-la no pedido que aquella Camara vai fazer á Assembleia Legislativa da Provincia, para a criação de um imposto municipal de 15#000 réis sobre cada um escravo existente no municipio, e de 100#000 réis sobre cada um por introdução de outros municipios para seu producto ser applicado na liberdade dos mesmos, resolvemos mais para o melhor exito o apôio e concorrência das Camaras da Provincia, pelo que desde já se confessa grata pelo relavante serviço e impulso que esta Camara pode prestar para a extinção dos escravos da nossa Provincia”.

A Câmara decidiu que iria estudar o assunto do ofício, mas não houve nas sessões posteriores nenhuma discussão em relação ao tema e nem mesmo referência ao envio de uma resposta da correspondência para a Câmara de Cruz Alta, ficando aquela câmara sem resposta para a sua solicitação, talvez porque o tema não fosse de interesse dos vereadores ou dos produtores (que em geral eram os mesmos) de Viamão.

Nas sessões da Câmara são lidos muitos ofícios referentes a mudanças que estão ocorrendo na época, como a Proclamação da República, por exemplo. Em relação à mudança da forma de governo de 1889<sup>20</sup>, a Câmara em sessão de 25 de novembro, apenas dez dias após o fato ocorrido, informa que

“O Senhor presidente declarou, que fizera convocar a presente sessão extraordinaria, no intuito de saber qual a opinião desta Camara sobre o pronunciamento relativo ao Governo Provisorio instalado no dia 15 do corrente, com a denominação de Republica Federativa dos Estados-Unidos do Brazil. Tendo sido nomeado presidente d’este Estado o Ex<sup>mo</sup> Senr. Marechal de exercito Visconde de Pelotas, e tomado posse no respectivo dia 15 conforme foi communicado a esta repartição pela Ilm<sup>a</sup> Camara da Capital. O mesmo Senr. submettêo esta resolução a consideração da respectiva Camara, afim de saber se estão de accôrdo a adherirem o novo Systema de Governo para no caso afirmativo comunicar-se ao Governo deste Estado”.

---

<sup>19</sup>Arquivo Público de Viamão. Ata da Junta Municipal de Viamão, sessão de 22/09/1887, p. 79 .

<sup>20</sup>*Idem*, p. 126.

Através deste ofício é possível perceber a importância política daquele fato para os homens de todo o país que detinham o poder de decisão em suas mãos. Mas a princípio não houve mudanças no rumo dos acontecimentos no município. Sendo possível perceber nas atas seguintes apenas uma manutenção do que já estava ocorrendo.

Em resposta a esta nova realidade, a Câmara envia comunicado ao Governo do Estado, não mais Província como era denominada antes, informando que<sup>21</sup>

“Em seguida os Senr<sup>es</sup> Vereadores presentes, unanimemente aderirão a causa da Republica Federal do Brazil, coadjuvando no que for a bem das novas instituições e manter boa ordem e tranquilidade publica para o progresso do municipio e da nossa Patria. Communicando-se ao Governo do Estado a presente resolução para os devidos fins. (...)”.

Em outras sessões segue o assunto referente a Proclamação da República, mas anteriormente a este acontecimento, não há nenhuma notícia ou discussão sobre o fato de que não existia mais escravidão no Brasil, fato que causa estranhamento, pois acontecimentos de importância sempre eram mencionados, isto nos impede de ter uma maior compreensão de como se deu este processo nesta Câmara em termos de discussão e de legislação.

Após o advento da República, alguns meses depois, a Câmara da Vila foi dissolvida em 21 de fevereiro de 1890 através de um ato do Visconde de Pelotas<sup>22</sup>, em que foi nomeada uma Junta composta por três pessoas que deveriam “provisoriamente” administrar os negócios do município. Através de nomeação Tristão José de Fraga, figura ilustre no município, passa a ser o primeiro presidente da Intendência.

Em 1891 ocorrem novas eleições e a Câmara eleita toma posse, mas em 1892 a mesma é dissolvida novamente e mais uma vez Tristão José de Fraga é nomeado pelo Governo do Estado como presidente da Intendência. Neste clima de instabilidade política não foi possível encontrar fatos relevantes nas sessões da Câmara, apenas são tratados os assuntos de rotina e as reuniões parecem estar mais direcionadas aos acontecimentos políticos da época.

Uma questão que chama a atenção é a falta do livro que daria seqüência as atas de 1892 (sendo a última sessão datada de 31 de dezembro) e o outro livro com sessões a partir de 11 de junho de 1897.

---

<sup>21</sup>*Ibidem*, p. 126.

<sup>22</sup>*Ibidem*, p. 130 verso.

Talvez possa ser apenas uma coincidência, mas este período em que não há registros das sessões foi um período tumultuado em relação à política no estado, mas não podemos ter certeza do porquê eles não existem, apenas cogitar algumas hipóteses, como por ser um período de turbulências políticas em que o Rio Grande do Sul estava envolvido na Revolução Federalista e que todas as suas atenções estavam voltadas para este conflito, ficando outros assuntos relegados a um segundo plano. Em momentos de conflito, podemos supor que a atenção de nossos políticos estava mais voltada para os assuntos militares, pois durante este período há muitos livros de alistamento militares, em que há registros de homens da vila de todas as idades e ocupações.

A partir de 1897, quando temos novamente os livros de atas, as sessões passam a ter como foco principal sempre as eleições, organização das eleições, locais, sessões eleitorais, alistamento de eleitores, etc., não tratam mais de assuntos pertinentes ao funcionamento da Vila, não aparecem mais nem mesmo os requerimentos que eram constantes desde a instalação da Câmara, os problemas políticos e de poder nesse momento parecem ser o que mais importa para os governantes municipais.

Ainda, nessas atas são tratados assuntos referentes ao orçamento, como a cobrança e pagamento de impostos. Através destas últimas atas pesquisadas temos a impressão de que a participação da população que antes existia de forma muito pequena, deixa de existir e que a câmara do município passa então a ser palco de disputas pessoais e decisões em benefício dos próprios participantes.

## A participação da etnia negra

A partir do estudo realizado nas páginas anteriores, podemos perceber a presença negra na Vila de Viamão no período pesquisado, quer fosse ele um escravo que estava sendo vendido, um escravo que estava conquistando a sua liberdade, ou mesmo libertos que faziam petições a Câmara da Vila.

Assim, é possível verificar que a tão lembrada cultura açoriana não estava sozinha na história da cidade, mas que ao seu lado estava a presença negra, contribuindo para o processo histórico, mesmo que durante muito tempo tenha sido considerado como agente passivo neste processo. Os escravos eram utilizados nas mais diversas atividades, desde aquelas atividades ligadas ao setor econômico até as atividades domésticas comuns do cotidiano urbano ou rural.

Embora já haja alguns estudos, em períodos anteriores, sobre a etnia negra na cidade, é importante ressaltar que, como em outros lugares do país, neste município a escravidão também esteve presente, e a força de trabalho negra, indiferente de sua condição, foi responsável também para a construção do que temos atualmente, mesmo que algumas vezes estas informações fiquem silenciadas, de forma intencional ou não.

Assim, é difícil acompanhar as suas trajetórias após a liberdade, pois em nenhuma das cartas de alforria pesquisadas e que serão comentadas a seguir é identificado como se chamará o escravo alforriado. Alguns escolhem o nome de seus antigos senhores, outros o nome de pessoas com quem convivem e tem laços de afetividade.

Após o fim do cativo, o ex-escravo passa a ter alguns direitos que não possuía devido a sua condição anterior. E através destas novas informações há uma possibilidade de reconstruir algumas histórias.

Rios e Mattos<sup>1</sup> afirmam que

“(…) Afinal, o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram a abolição do cativo”.

---

<sup>1</sup>RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.26.

Assim, podemos lembrar os exemplos citados no primeiro capítulo de Antonio Joaquim Roque e Paulino Barcellos da Silva, ambos libertos, que fazem petições a Câmara de Viamão, um pedindo isenção de imposto sobre a sua fábrica de farinha de mandioca e outro envolvido num problema a respeito do cercamento de suas terras. Os seus nomes não foram encontrados nos livros de indústrias e profissões e também não foram encontrados nos livros de pagamento de impostos sobre propriedades.

Mas o fato de estarem fazendo estes pedidos, da mesma forma que os outros habitantes fizeram, demonstra que eles não eram tão passivos, como se pensava anteriormente, e que estava buscando estruturar suas vidas a partir de uma nova realidade. Mesmo que estes dois registros tenham sido exceções dentre aqueles pesquisados, valem como uma reflexão sobre o período pós-abolição e os rumos que as vidas daqueles que se tornariam livres tomaram. Para Xavier<sup>2</sup>,

“É preciso perceber que as práticas individuais freqüentemente revelam aspectos importantes da trama social que não poderiam ser analisados com lente de maior alcance. É precisamente por trazerem à tona novos elementos que podem vir a contribuir, de maneira às vezes surpreendentes, com a produção do conhecimento histórico”.

Através dessas informações que obtemos que às vezes estão “escondidas” dentro de algum livro, como no caso das atas da Intendência, podemos saber um pouco sobre a vida desses sobreviventes do sistema escravista, que embora tenha sido extinto há muito tempo, através da Lei, as suas marcas permanecem até hoje visíveis em nossa sociedade.

Entretanto, diferente destes casos citados acima, há outros registros que são mais abundantes, como aqueles em aparecem muitas mulheres escravas que ao serem vendidas ou serem objeto de partilha amigável têm filhos menores que as acompanham, como é o caso de Generoza<sup>3</sup>, de 39 anos, cor preta, solteira, desta província, cozinheira, que tinha uma filha de 10 anos de nome Maria e outra de 3 anos que se chamava Josefina, ela foi vendida em 1881 por 800 mil réis.

---

<sup>2</sup>XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU / UNICAMP, 1996, p. 15.

<sup>3</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 18, p. 110.

Ou, ainda, de Joaquina<sup>4</sup>, que era objeto de partilha em 1882 e que tinha quatro filhos, Maurício de 5 anos, Feliciano de 9 anos, Rita de 8 anos e Joaquim de 1 ano. Na partilha ela era avaliada em 300 mil réis.

Entre estes registros aparece também um que é pouco comum no que diz respeito ao estado civil dos escravos, o fato de ser casado, como é o caso de Fermino<sup>5</sup>, 58 anos, cor preta, desta província, casado, que recebeu sua alforria em 1881 de sua senhora, Dona Felicidade Joaquina da Silva, sem ônus ou condição.

Em nenhum outro registro aparece o estado civil de casado. Quem era sua esposa, se possuía filhos, netos talvez pela sua idade, não podemos saber, mas este dado nos dá um indício de que o mesmo possuía, mesmo que de forma diferente daquela que conhecemos atualmente, uma vida privada.

Em relação à função que cada um deles exercia no cativo, há algumas referências na documentação pesquisada, através dos quais podemos conhecer um pouco mais sobre o universo em que estavam inseridos a partir das atividades por eles exercidas, que provavelmente seriam o seu meio de sustento após a liberdade, mas não há dados completos em todos eles, ficando algumas lacunas sem serem respondidas.

Estes dados foram retirados apenas dos documentos em que constavam a profissão dos escravos, sendo muitos os casos em que não havia este tipo de informação, levando-se em conta ainda, que provavelmente existiam muitas outras profissões ou funções que não foram descritas.

Entretanto, estas que nos são apresentadas pela documentação são bastante significativas, pois demonstram que mesmo em atividades em que se pensava que a mão de obra escrava não fosse muito utilizada, como na agricultura e na criação de gado, ela está presente, assim como nas atividades domésticas em geral.

---

<sup>4</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 19, p. 3.

<sup>5</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 18, p. 45.

**Tabela III - Tabela das profissões<sup>6</sup>**

Nome	Profissão	Idade	Cor	Documento	Ano
Felipe	serviço da roça	69 anos	preta	escritura de venda de escravo	1880
Emília	cozinheira	46 anos	preta	carta de liberdade	1881
Olympio	trabalho campeiro	18 anos	preta	carta de liberdade	1881
Adélia	costureira	26 anos	preta	escritura de venda de escravo	1881
Elentério	campeiro	48 anos	-	escritura de partilha amigável	1881
Ana Tasia	cozinheira	29 anos	preta	escritura de venda de escravo	1881
Domingas	serviço doméstico	19 anos	preta	escritura de doação	1881
Generoza	cozinheira	39 anos	preta	escritura de venda de escravo	1881
Thomaz	roceiro	46 anos	preta	escritura de venda de escravo	1881
Maria	serviço doméstico	26 anos	preta	escritura de venda de escravo	1882
Adão	campeiro	33 anos	parda	escritura de venda de escravo	1882
Joaquina	cozinheira	31 anos	preta	carta de liberdade	1882
Serafim	lavrador	35 anos	preta	escritura de venda de escravo	1882
Eva	lavadeira	25 anos	preta	escritura de partilha amigável	1882
Rafael	agricultor	28 anos	preta	escritura de venda de escravo	1882
Ricardo	carpidor	80 anos	preta	carta de liberdade	1882
Justino	lavrador	20 anos	preta	escritura de venda de escravo	1882
Vicente	lavrador	26 anos	parda	escritura de venda de escravo	1883
Veridiana	cozinheira	-	parda	carta de liberdade	1883
Catharina	cozinheira	31 anos	preta	carta de liberdade	1883

Ao analisarmos a tabela, podemos perceber que todas as funções desempenhadas pelos homens, serviço da roça, trabalho campeiro, roceiro, lavrador, agricultor e carpidor, estão ligadas à área agrícola, o que está de acordo com o tipo de economia que era praticado na Vila, basicamente agrícola e de criação de gado, voltado para o consumo interno, com a exceção da exportação da farinha de mandioca. Em relação às funções exercidas pelas mulheres, cozinheira, costureira, serviço doméstico e lavadeira, estão todos ligados diretamente ao serviço realizado dentro da casa de seus senhores, levando-se em conta que a maioria da população que residia na vila estava inserida em um meio rural.

Embora, as cartas de alforrias pagas não mostrem a origem do pecúlio utilizada para a sua compra, podemos pensar que estes escravos poderiam trabalhar para terceiros, alugando a sua força de trabalho, o que beneficiaria o seu senhor e a si, os chamados escravos de ganho, que embora fossem mais característicos nas cidades, talvez não estivessem ausentes em Viamão.

<sup>6</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

Mesmo em uma sociedade basicamente rural, havia atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços, como demonstram as atas da Intendência através dos pedidos de isenção de impostos sobre os comércios de secos e molhados, sobre o imposto de carretas e carroças, utilizadas para transportarem a produção, etc., e também através do registro de indústrias e profissões, em que aparecem sapateiros, ferreiros, etc. Para Xavier<sup>7</sup>, ao tratar sobre os escravos em Campinas,

“Poder participar da vida dos mercados e das ruas como vendedores pode ter significado a conquista, para alguns escravos, de uma certa autonomia. Aumentava ainda a possibilidade de vir a constituir pecúlio, de conquistar a liberdade, de constituir patrimônio e de viver de forma mais confortável”.

Dessa forma, não era somente após a liberdade que o negro conseguia ter um certo espaço de atuação, nas pequenas oportunidades que ele tinha, como na questão do ganho, era o momento em que tecia as suas redes de amizade e ajuda mútua e não ficava tão restrito a sua condição de cativo.

### **A liberdade**

Para compreendermos a importância de escravos e libertos na população e nas atividades econômica e social, é interessante pensarmos sobre as vendas e o acesso as alforrias.

Retomando os dados populacionais do censo de 1858 utilizados anteriormente, em que 30,6% da população em Viamão eram escravos, podemos refletir sobre as principais causas que levaram a uma acentuada queda demonstrada por Bakos, nos anos posteriores. Quais os principais fatores que levaram a esta diminuição antes da extinção do trabalho escravo no Brasil?

---

<sup>7</sup>XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU / UNICAMP, 1996, p. 15.

Entre estes fatores podemos citar o tráfico interno, que após a abolição do tráfico internacional foi a principal forma encontrada para a transferência de mão de obra para áreas mais dinâmicas economicamente. O tráfico interprovincial foi um dos fatores de diminuição da população escrava na província, por não ser o Rio Grande do Sul uma área econômica de grande importância como às regiões cafeeiras do sudeste, por exemplo. Segundo Freitas<sup>8</sup> “(...) atraído pelos altos preços dos escravos nas regiões cafeeiras, o Rio Grande do Sul veio a se converter em uma das províncias que mais contribuíram para o tráfico interprovincial”.

Mas, através das fontes consultadas, como contratos de vendas de escravos e pagamento de impostos, não foi possível, nesta pesquisa, constatar na grande maioria dos documentos o destino destes escravos vendidos, podendo apenas, neste momento, levantarmos hipóteses sobre o seu destino e a sua relação com a redução da população escrava em Viamão. Assim, grande parte dos compradores de escravos que aparecem nos contratos de venda<sup>9</sup>, 26 ao todo foram analisados, está também registrada nos livros de pagamentos de impostos da Vila<sup>10</sup> (27 dos 51 nomes, pois alguns aparecem em dois anos diferentes), no mesmo período.

Entre estes registros só podemos ter real certeza de que três escravos que foram comprados ficaram em Viamão, pois encontramos o nome de seus proprietários nos inventários de Viamão<sup>11</sup>, onde estes eram residentes. Outros dois nomes que aparecem na lista de pagadores de impostos, constam também na de inventários, mas não parecem nos registros de compra e venda, não sendo então analisados.

Entre estes três escravos citados está Honorato<sup>12</sup>, cujas informações aparecem no contrato, cor parda, de 14 anos, solteiro, desta província, que Felisberto Martins dos Santos vendeu a Balthazar Pires Viana<sup>13</sup> por 700 mil réis, o mesmo senhor pagou em impostos para a Câmara de Viamão por sua compra 14 mil réis.

---

<sup>8</sup>FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p.104.

<sup>9</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

<sup>10</sup>Arquivo Municipal de Viamão, Livro de Matrícula de Indústrias e Profissões, anos de 1880-1885, pp.7-8.

<sup>11</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventários – Órfãos e ausentes – Viamão.

<sup>12</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 19, folha 10, 1882.

<sup>13</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventários – Órfãos e ausentes – Viamão, número 45, maço 2, 1883.

Outro escravo é Diogo<sup>14</sup>, de mais ou menos 40 anos, de cor parda, desta província que foi vendido por Henrique de Oliveira Fraga a Francisco Garcia de Oliveira Sobrinho<sup>15</sup>, por 772 mil réis.

E por fim, o escravo Vicente<sup>16</sup>, de 26 anos, de cor parda, solteiro, desta província e que era lavrador. Foi vendido por dona Maria Antonia da Silva a Maximiano José Bernardes<sup>17</sup>, por 600 mil réis.

Através destes contratos não é possível obter mais informações sobre a vida destes escravos, apenas temos as informações que são recorrentes em todos eles, sendo necessário para uma melhor análise uma pesquisa de maior proporção e cruzamento de outros dados para que pudéssemos entender um pouco sobre as suas trajetórias antes e após a abolição.

Apenas encontramos no ano de 1884 a carta de alforria, com cláusula de prestação de serviço de Vicente<sup>18</sup>, cuja venda foi descrita acima, então com 27 anos, passada por seu senhor Maximiano José Bernardes “com a condição de prestar-me seus serviços pelo tempo de 7 anos”, tempo que felizmente não deve ter cumprido integralmente devido a Lei de 1888.

Conforme pesquisa realizada nos livros do tabelionato de Viamão, a alforria com cláusula de prestação de serviços ocupa o terceiro lugar nas liberdades concedidas pelos senhores. Para Moreira<sup>19</sup> “as libertações condicionais, como já diz o nome, foram concedidas mediante o cumprimento de obrigações estipuladas nas cartas de alforria”, e encontramos nos registros destas cartas as mais diversas condições e tempo de serviço que deveria ser cumprido pelos escravos, indiferente da idade dos mesmos.

Através destas cláusulas é possível verificar uma manutenção do cativo, visto que o escravo continua obrigado a permanecer executando as mesmas tarefas de antes e vivendo sob o teto de seu senhor.

---

<sup>14</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 19, folha 25, 1882.

<sup>15</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventários – Órfãos e ausentes – Viamão, número 199, maço 8, 1897.

<sup>16</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 21, folha 11, 1883.

<sup>17</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventários – Órfãos e ausentes – Viamão, número 1217, maço 8, 1898.

<sup>18</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livro 2, p.42.

<sup>19</sup>MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 20.

O senhor mantinha o escravo sob seu domínio, aguardando o dia em que seria livre e poderia deixar de ser uma mercadoria e passaria a ser uma pessoa, com direitos que não eram estendidos aos escravos, devido a sua condição de propriedade.

**Tabela IV - Alforrias com cláusula de prestação de serviços**

Nome	Idade	Cor	Função	Condição	Ano
Emília	46	Preta	Cozinheira	Prestar serviços por 7 anos.	1881
Olimpio	18	Preta	Serviço campeiro	Prestar serviço até a morte de sua senhora.	1881
Dionísia	15	Preta	Costureira	Prestar serviço até a morte de sua senhora.	1881
Manoel	-	-	-	Prestar serviço até a morte de sua senhora.	1882
Catharina	-	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1883
João	28	Parda	-	Prestar serviço até a morte de seu senhor.	1883
André	-	-	-	Prestar serviços por 3 anos.	1884

Em Viamão, a partir de 1880 a 1884 encontramos 7 registros deste tipo de liberdade<sup>20</sup>, em que variação da idade das pessoas é muito grande, assim como as cláusulas a que as mesmas estão submetidas. Podia-se ter que trabalhar para o senhor por três anos ou até a sua morte, dependendo da idade que o mesmo tivesse, esse tempo poderia ser muito prolongado. De todos estes escravos descritos acima, incluindo aqueles que tinham como condição servir o senhor até a sua morte, nenhum dos nomes dos senhores foi encontrado nos inventários até o ano de 1900, podendo então analisarmos que quando da Lei Áurea ainda estavam estes presos como propriedade. Podemos citar como exemplo o caso de João<sup>21</sup>, cuja carta descrevemos abaixo:

“Digo eu Nicomedes Francisco Nunes, que entre os mais bens que possuo livres, e desembaraçados a bem assim um Escravo de nome João de Cor parda Idade vinte e oito annos que se acha matriculado com os n<sup>os</sup> mil oitocentos vinte e cinco 1825 da matricula geral, e hum e 1, da relação, e setecentos oitenta e treis, 783 cujo escravo do-lhe a liberdade com o onuz de me acompanhar enquanto eu vivo for, e por minha morte gozará plena liberdade, e portanto rogo a justiça de Sua Magestade Imperial, que dêem todo o Inteiro vigor a esta prezente carta de liberdade; e por eu não saber ler, nem escrever, pedi ao Snr. Ignacio Francisco Nunes que esta por mim escrevesse e a meu rogo assignasse com duas testemunhas também no fim assignadas. Segundo Districto da Villa da Conceição de Viamão, 3 de Março de 1883”.

<sup>20</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

<sup>21</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 22, p. 3

**Tabela V - Alforrias com cláusula de prestação de serviços<sup>22</sup>**

Nome	Idade	Cor	Condição	Ano
Rita	30	-	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Virgínia	-	-	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Anastácia	-	-	Prestar serviços por 7 anos.	1884
João	-	-	Prestar serviços por 3 anos.	1884
Manoel Bento	-	-	Prestar serviço até a morte de seus senhores.	1883
Eva	-	-	Prestar serviço até a morte de sua senhora.	1883
Felicidade	66	Preta	Prestar serviços por 1 ano.	1883
Lauriano	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Faustino	-	-	Prestar serviço até a morte de seus senhores.	1884
Carolina	-	-	Prestar serviços por 3 anos.	1884
Silvério	-	-	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Martinho	-	-	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Adão	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Rufina	-	-	Prestar serviço até a morte de seu senhor.	1884
Antônio	-	-	Prestar serviço até a morte de seu senhor.	1884
José	-	-	Prestar serviço até a morte de seu senhor.	1884
Rita	-	-	Prestar serviço até a morte de seu senhor.	1884
Leonor	22	Parda	Prestar serviços por 7 anos.	1884
Adão	24	Preta	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Vicente	27	Parda	Prestar serviços por 7 anos.	1884
Antônia	32	-	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Josefa	18	Preta	Prestar serviços por 5 anos.	1884
Ana	-	-	Prestar serviços por 7 anos.	1884
Felícia	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Paulino	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Zeferino	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Fidélis	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Adão	15	-	Prestar serviços por 7 anos.	1884
Adão	-	Preta	Prestar serviços por 7 anos.	1884
Marcelina	-	-	Prestar serviços por 6 anos.	1884
Fidélis e Vitória	-	-	Prestar serviços por 5 anos.	1884

A partir do ano de 1883 encontramos outros livros, que têm quase que exclusivamente registros referentes a cartas de alforria, com exceção de algumas procurações. Nesses livros há um número muito maior de registros de liberdades com cláusula de prestação de serviços, sendo um total de 31 dos 139 registros.

<sup>22</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3.

Conforme verificado anteriormente, nos casos em que a prestação de serviços deveria durar enquanto o senhor vivesse não houve registros de inventários<sup>23</sup> com os nomes desses senhores para o período, devendo estes escravos ter permanecido na sua condição até 1888.

Havendo registro apenas do escravo Adão, cor preta, que deveria prestar serviços por mais 7 anos, cujo senhor Manoel Rodrigues da Silva faleceu em 1885, tendo este que prestar serviços então para a família do senhor.

Em relação ao gênero dos alforriados mediante cláusula de prestação de serviços, não houve uma variação muito grande de um sexo para outro. Nos livros notariais de transmissões de notas<sup>24</sup> encontramos de uma total de 7 registros, 4 para homens e 3 para mulheres. Já nos livros notariais de registros diversos<sup>25</sup> encontramos de um total de 32 (deveria ser de 31, mas um dos registros se refere a 2 escravos, Fidélis e Vitória), são 17 homens e 15 mulheres.

**Tabela VI - Cláusula de prestação de serviços**

<b>Transmissões de notas</b>	<b>Registros diversos</b>
Homens - 57%	Homens - 53%
Mulheres - 43%	Mulheres - 47%

O tipo de liberdade que era a mais freqüente e na qual não há muitas informações sobre aqueles que por ela eram favorecidos era a alforria sem ônus ou condição. Segundo Moreira<sup>26</sup>, “as libertações outorgadas sem ônus ou condição, também chamadas de gratuitas, aparentavam ser alforrias concedidas graciosamente, ou seja, sem que fosse necessário o pagamento ou o atendimento pelo cativo de qualquer obrigação”.

Em geral, nestas cartas, os senhores fazem elogios aos seus escravos, concedendo-as por bons serviços prestados, por anos de dedicação, etc. Em outras, simplesmente, há dados como nome do escravo e do senhor, sem ter mais informações, nem explicações sobre a concessão de tal alforria.

<sup>23</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventários – Órfãos e ausentes – Viamão.

<sup>24</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

<sup>25</sup> Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3.

<sup>26</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 20.

Como no caso de José<sup>27</sup>, de nação, alforriado em 1883 pelo seu senhor, Manoel Inácio de Menezes, que descreveu o motivo pelo qual concedia a carta “em retribuição aos bons serviços que me há prestado”.

Em outras cartas, o senhor utilizava a expressão “como se nascido fosse de ventre livre”. Entre os registros dos livros de transmissões de notas<sup>28</sup>, encontramos 43 registros de liberdades sem ônus ou condição, no período entre 1880 e 1884

**Tabela VII – Liberdade sem ônus ou condição**

Nome	Idade	Cor	Função	Estado civil	Nome	Idade	Cor	Função	Estado civil
Paulo	48	-	-	-	Juliana	-	-	-	-
Vicência	33	Preta	-	-	Maria **	90	Preta	-	-
Anna	-	-	-	-	Damazia	-	-	-	-
Fermino	58	Preta	-	Casado	Leandro	-	-	-	-
Silvana	-	-	-	-	Antonio	-	-	-	-
Miguel Martins	40	Preta	-	Solteiro	Justina	-	-	-	-
José Martins	43	Preta	-	Solteiro	João *	-	-	-	-
Mathias	46	Preta	-	-	Gaspar	-	-	-	-
Joaquina	31	Preta	Cozinheira	Solteira	Catharina *	31	Preta	Cozinheira	Solteira
Antonia	20	Parda	-	-	Adão	-	-	-	-
Leopoldina	20	Parda	-	-	Eduardo	-	-	-	-
Felisberta	42	Preta	-	-	Carlinda	-	-	-	-
Laurinda	-	Preta	-	-	Marciano	-	-	-	-
Vicente *	60	Preta	-	Solteiro	Damásio	-	-	-	-
Cicília	60	Preta	-	-	Maria	-	-	-	-
Antonio	68	Preta	-	Solteiro	Deolinda	-	-	-	-
Ricardo	80	Preta	Carpidor	-	Marciano	-	-	-	-
Ignácio	-	-	-	-	Julião	-	-	-	-
Roza	-	Preta	-	-	Anna	-	-	-	-
Quitéria	-	Parda	-	-	Miguel	-	-	-	-
Thomaz	-	Parda	-	-	Caetano	-	-	-	-
Theodora	-	-	-	-					

Dentre estas 43 cartas, não há uma diferença importante entre o número de homens e mulheres que foram libertos dessa forma, sendo 22 homens e 21 mulheres.

<sup>27</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livro 1, p. 6.

<sup>28</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

\* Vicente, João e Catharina são designados como de origem africana;

\*\* Maria é designada como sendo de origem conga.

Podemos perceber também que há uma variação grande em relação à idade dos alforriados, de 20 anos, que estaria no auge da vida produtiva, até 80 anos, idade que já não teria mais condições de desempenhar funções da mesma forma que as desempenhava quando jovem.

Em algumas cartas há mais informações do que outras, como a profissão, o estado civil, sendo assim, acreditamos ser importante citar estes dados, mesmos que eles não sejam recorrentes em todas, pois assim, de alguma forma, podemos saber um pouco mais sobre a vida daqueles que saíram da condição de cativo e ingressaram na de libertos.

No livro de Registros Diversos<sup>29</sup>, encontramos 73 registros de cartas de alforria sem ônus ou condição, de 1883 a 1884. Da mesma forma que no outro livro de registros, neste algumas informações são incompletas, não há padronização dos dados que constam nas cartas, como as idades, por exemplo. Mesmo assim, podemos verificar que não há uma variação muito grande, da mesma forma que no registro anterior, entre o número de homens, 43, e de mulheres, 30, que foram alforriados.

Havia ainda, para estes escravos, outra forma de adquirir a liberdade, era a compra da mesma, através de variadas formas utilizadas para obter o pecúlio necessário exigido pelo senhor para a indenização do mesmo pelo valor investido quando de sua compra.

Moreira<sup>30</sup> define desta forma este tipo de alforria “consideremos como pagas as alforrias nas quais os próprios alforriados, pessoas de sua família ou terceiros ressarciram os senhores com as quantias em dinheiro, gado, etc., em pagamento pela liberdade concedida”. Dessa forma, muitas eram as formas de aquisição desse pecúlio para a compra.

Nos livros de transmissões de notas<sup>31</sup>, há 18 registros de compra da liberdade (ver tabela em anexo). Nas cartas pesquisadas não há referências sobre a origem do dinheiro utilizado para a compra, mas podemos pensar nas diversas estratégias que os mesmo podiam utilizar para conseguir o mesmo, levando-se em conta, em alguns casos, o elevado valor pago pela liberdade. Neste caso, as mulheres aparecem em maior número que homens, tendo 11 registros referente a mulheres e 7 referente a homens.

---

<sup>29</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3.

<sup>30</sup>MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e TASSONI, Tatiani de Souza. Que com seu trabalho nos sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007, p. 20.

<sup>31</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

Nos livros de Registros Diversos<sup>32</sup> (tabela em anexo), há um total de 35 cartas em que alforria foi paga pelo escravo. Desse total de 35 cartas, diferente do que ocorreu nos outros livros, há uma predominância de homens, mas uma diferença não muito significativa, sendo 19 de homens e 16 de mulheres.

Através dos valores muito altos, na grande maioria, é possível pensar na importância do escravo para o senhor, enquanto propriedade. Ele o utiliza até o fim e para não abrir mão desta propriedade, concede liberdade com cláusula de serviço, ou busca ser indenizado pelo valor investido, no caso das alforrias com pecúlio.

No caso dos dois livros de registros, são muitos os casos de liberdade com pagamento pela mesma, ocupando o segundo lugar entre eles, ficando apenas uma tentativa de aproximação sobre como conseguiam este dinheiro, talvez por alugarem seus serviços, trabalharem nos dias de folga, participarem de sociedade de ajuda mútua, muitos eram os meios para a aquisição de pecúlio, não sendo possível, entretanto, neste momento, conhecer a sua procedência.

Em relação aos altos valores pagos pela liberdade, é possível fazer a comparação através de uma escritura de partilha amigável<sup>33</sup> feita no ano de 1882, dos bens de Domingues Gomes Ribeiro, em que entre estes bens constavam 11 escravos (o de menor valor custava 300 mil réis e o de maior valor 600 mil réis) e também uma casa na Vila de Viamão (pela localização seria próxima ao principal núcleo urbano, ou seja, o centro da Vila) avaliada em 100 mil réis. Podemos pensar então, que entre as propriedades de Domingues, as mais valiosas eram os seus escravos, mesmo que a casa fosse uma propriedade pequena e simples, o escravo de menor valor valia três vezes mais do que a casa.

Através de todos estes registros, podemos ter uma idéia de como se desenvolveu este período antes da abolição da escravidão do Brasil, na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, que, embora, não fizesse parte daqueles municípios mais ativos economicamente ou financeiramente, também utilizava a mão de obra escrava, como no restante do país, participando do contexto escravista e estando vulnerável as mudanças que foram acontecendo ao passar do tempo em relação ao negro e ao término do cativo.

---

<sup>32</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3.

<sup>33</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livro 19, p. 29.

Comparando, então os dados obtidos, nos livros notariais de transmissões de notas<sup>34</sup> encontramos 102 registros, entre os muitos que haviam, referentes ao nosso tema de pesquisa. Desses 26 eram de venda de escravos, 43 eram de cartas de liberdade sem ônus ou condição, 7 eram de cartas de liberdade com cláusula de prestação de serviços, 18 eram de cartas de liberdade pagas pelo escravo e 2 de registros de doação de escravo.

As partilhas amigáveis não foram computadas nos dados abaixo, visto não serem neste momento principal objeto de estudo.

**Tabela VIII – Livros notariais**

Tipo de documento	Total	Homens	Mulheres
Venda de escravo	26	54%	46%
Liberdade sem condição ou pecúlio	43	51%	49%
Liberdade com condição	7	57%	43%
Liberdade com pecúlio	18	39%	61%
Doação de escravo	2	50%	50%

Já nos livros notariais de registros diversos<sup>35</sup>, encontramos registros referentes somente a cartas de liberdade, de todos os tipos, não havendo nestes livros registros de venda ou doação de escravos. Nesses livros encontramos 139 cartas de liberdade, dentre elas 73 eram de liberdade sem ônus ou condição, 31 eram de liberdade com cláusula de prestação de serviços e 35 de liberdade paga pelo escravo. Nesses dados de 1883 a 1884, podemos notar um aumento do número de cartas de liberdade em relação aos registros de 1880 a 1884, analisados acima.

**Tabela IX – Livros de Registros Diversos**

Tipo de documento	Total	Homens	Mulheres
Liberdade sem condição ou pecúlio	73	59%	41%
Liberdade com condição	32	53%	47%
Liberdade com pecúlio	35	54%	46%

<sup>34</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22.

<sup>35</sup>Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3.

Foram analisados, ao todo, 208 registros de alforria, em diferentes livros citados, nos quais se tem um número impressionante de liberdades gratuitas, que totalizaram 116 casos. Estes números apresentam uma contradição com outros locais em que houve uma preferência pela manutenção dos serviços e dependência dos libertos. Foram encontrados apenas 39 registros de liberdades condicionais. Por sua vez, a compra da liberdade por pecúlio correspondeu a 53 casos. Estes números necessitam de uma maior análise e investigação para que possam ser melhor compreendidos e para que seus significados contribuam para outras pesquisas a serem desenvolvidas.

## Considerações Finais

Através desta pesquisa podemos refletir sobre a importância dos escravos enquanto mão de obra e objeto principal do sistema escravista, mas principalmente podemos refletir sobre a importância do negro, enquanto protagonista de uma história, que tinha um papel econômico, pela exploração de sua força de trabalho, mas também um papel social e cultural, a partir das contribuições que este deu para uma sociedade em formação, seja pela sua luta pela liberdade, seja por seus laços de ajuda mútua, seja pela sua família ou pela religiosidade, contribuições estas que permanecem até nossos dias e que fazem parte de nosso cotidiano, muito embora, algumas vezes, haja uma tentativa de deixá-las em segundo plano.

Na pesquisa bibliográfica foi possível analisar algumas perspectivas diferentes sobre escravidão e liberdade, assim como analisar de que forma a história da cidade foi escrita ao longo do tempo. Na pesquisa documental, através da leitura das atas podemos verificar a formação de uma estrutura político-administrativa na Vila de Viamão, que em princípio parecia haver uma preocupação com as questões cotidianas da cidade, como cercamentos, abertura de estradas, etc., mas que posteriormente, estava mais preocupada com a situação política.

Nas cartas de liberdade, foi possível verificar que o maior número de liberdades conquistadas eram aquelas sem ônus ou condição, depois as liberdades pagas e por fim aquelas com cláusulas de prestação de serviços. Assim também como conhecer alguns dados específicos de cada escravo, que através dessas informações deixam de ser apenas números a serem considerados, mas podem ser vistos como pessoas a serem conhecidas.

Outro ponto que fica em aberto nessa pesquisa, diz respeito à origem do pecúlio que os escravos utilizavam para comprar a sua liberdade, informação esta que não está presente nas cartas de liberdade e sobre a qual podemos apenas levantar hipóteses, comparando com casos já conhecidos, como as sociedades de ajuda mútua e o escravo de ganho, por exemplo.

Em relação às alforrias com cláusula de prestação de serviços, impressiona a quantidade de anos, que eram acordados através das cartas, que os escravos deveriam permanecer trabalhando para o senhor para indenizá-lo de seu investimento, chegando este tempo, na grande maioria, a seis ou sete anos.

Nos registros de vendas de escravos, 26 ao todo, não foi possível estabelecer se os escravos que estavam sendo vendidos permaneciam na cidade, ou estavam participando do tráfico interno ao serem vendidos para outras regiões do país, sendo confirmado através dos inventários e pagamento de impostos sobre escravos, que era uma das maiores rendas da

Câmara ao lado do imposto sobre a exportação de farinha de mandioca, apenas três escravos, Honorato, Diogo e Vicente, que com certeza permaneceram em Viamão. Nesses registros de vendas também é possível verificar que havia um certo equilíbrio, assim como nas cartas de liberdade, entre o número de homens e mulheres, o que diferia muito eram as idades e os valores dos mesmos.

Assim, mesmo que de forma muito simples e sem um grande aprofundamento, tentamos mostrar que a cultura da etnia negra esteve presente na construção da cidade e que esta presença foi fundamental tanto quanto outras etnias, pois, através de seu trabalho, família, religião e relações sociais, ajudou a construir a sociedade que temos atualmente.

### Fontes documentais

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

- Registros Diversos de Viamão, livros 1, 2 e 3, 1883-1894.
- Livro de Transmissões de Notas, 1º Tabelionato de Viamão, livros 18, 19, 20, 21 e 22, 1880-1884.
- Inventários – Órfãos e ausentes – Viamão, 1880-1899.

Arquivo Municipal de Viamão

- Livros de atas da Câmara, 1880-1899.
- Livro de Indústrias e profissões, 1880-1885.
- Livro de balancetes gerais da Câmara de Viamão, 1880-1885.

### Bibliografia

BAKOS, Margaret Marchiori. *Rio Grande do Sul: Escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

COSTA, Maria Fraga Dornelles da. *Viamão, Berço da colonização gaúcha*. Porto Alegre: Editora Alcance, 1991.

*De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1803-1950*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística / Hipólito José da Costa, 1986.

FREITAS, Décio. *O escravidão brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

*Inventário Participativo de Viamão*. Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 1999, Volume 1, 1ª Edição.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Leitura XXI, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1989.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da cidade*. In SEFFNER, Fernando (org.). *Presença Negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE / Porto Alegre, 1995.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUBERT, Rosane A. *Comunidades negras rurais no Rio Grande do Sul: um levantamento socioantropológico*. Porto Alegre: RS Rural, IICA, 2005.

SANTOS, Adonis dos. *Viamão: suas lendas, tradições, vultos do passado, tipos populares e vida atual*. Porto Alegre: Editora da Gráfica Rogilma, 1962.

SILVA, Vera Rodrigues da. *De gente da barragem a Quilombo da Anastácia: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS*. Porto Alegre: PPGAS/URFGS, 2006.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU / UNICAMP, 1996.

## Anexos

### Liberdades mediante pagamento<sup>31</sup>

Nome	Idade	Cor	Função	Valor (em réis)
Sabino	-	-	-	100.000
Prudêncio	-	-	-	400.000
Margarida	-	Preta	-	600.000
João	48	Preta	-	400.000
Rafael	52	Preta	-	200.000
Honorata	-	Parda	-	300.000
Custódia	45	-	-	150.000
Fortunata	26	Parda	-	550.000
Romana	50	Parda	-	400.000
Eva	-	-	-	100.000
Veridiana	-	Parda	Cozinheira	160.000
Maria	-	-	-	200.000
Isabel	-	-	-	100.000
Manoel	-	-	-	300.000
Paulo	-	-	-	128.000
Mathilde	-	-	-	100.000
João	-	-	-	400.000
Eufrásia	-	-	-	250.000

### Liberdade mediante pecúlio<sup>32</sup>

Nome	idade	Cor	Origem	Valor (em réis)
Félix	-	-	-	600.000
Domingas	-	Preta	-	200.000
Dinísio	-	-	-	800.000
Amandio	28	Preta	-	500.000
José	-	-	-	200.000
Tomé	-	-	-	375.000
Catarina	47	Preta	-	130.000

Jacinto	-	-	-	150.000
Francisca	-	-	-	198.000
Angélica	-	Preta	-	100.000
Justina	-	Parda	-	200.000
Maria	-	-	-	400.000
Luiz	-	-	-	300.000
João	50	Preta	-	200.000
Calisto	-	Preta	-	200.000
Marçal	-	-	-	96.000
Antônio	-	-	-	500.000
Adão	-	-	-	100.000
Atanázio	-	-	-	500.000
Hipólito *	-	-	-	200.000
Marcos	-	-	Desta província	425.000
Antônio	60	-	África	100.000
Manoel	-	Preta	-	500.000
Adão	-	Parda	-	400.000
Cecília	-	-	-	100.000
Angélica	-	-	-	400.000
Adão	-	-	-	425.000
Maria	-	-	-	60.000
Desidéria	-	-	-	200.000
Matilde	-	-	-	96.000
Vitória	-	-	-	170.000
Rita	-	-	-	150.000
Joana	13	Preta	Desta província	200.000
Clemência	-	-	-	300.000
Josefa	-	-	-	160.000

\* e mais a condição de servir ao seu senhor por um ano e meio.